



CESPE – AGU - 2004

48. (CESPE / Procurador Federal - AGU / 2004) Acerca das fontes do direito internacional público (DIP), julgue os seguintes itens.

- 1. A parte que invoca um costume tem de demonstrar que ele está de acordo com a prática constante e uniforme seguida pelos Estados em questão.
- 2. Os precedentes judiciais são vinculativos tão-somente para as partes em um litígio e em relação ao caso concreto, não tendo, assim, obrigatoriedade em DIP.



CESPE – AGU - 2004

- 3. Constituem funções da doutrina o fornecimento da prova do conteúdo do direito e a influência no seu desenvolvimento.
- 4. O Estatuto da Corte Internacional de Justiça, ao indicar as fontes do DIP que um tribunal irá aplicar para resolver um caso concreto, concede posição mais elevada para as normas convencionais, que devem prevalecer sempre sobre todas as outras.
- 5. Ainda hoje, o rol das fontes indicado no Estatuto da Corte Internacional de Justiça é taxativo.



CESPE – AGU - 2004

49. (CESPE / Procurador Federal - AGU / 2004) Quando soarem as doze badaladas da meia-noite do dia 19 de maio de 2002, o mundo acolherá com satisfação o Timor Leste na família das nações. Será um momento histórico para o Timor Leste e para as Nações Unidas. Um povo orgulhoso e tenaz realizará o sonho comum a todos os povos de viver como homens e mulheres livres sob um governo que eles mesmos escolheram. Kofi Annan. O mundo não pode abandonar o Timor Leste. In: Folha de S. Paulo, 19/5/2002, A-29 (com adaptações). A partir do texto acima, julgue os itens que se seguem.



CESPE - AGU - 2004

- 1. Para satisfazer a condição de Estado, tal como prescreve o direito internacional público, o Timor Leste deve possuir: território, população, governo, independência na condução das suas relações externas e reconhecimento dos demais atores que compõem a sociedade internacional.
- 2. Para o direito das gentes, o ingresso nas Nações Unidas é condição necessária para que um Estado possa ser considerado sujeito de direito internacional.



CESPE - AGU - 2004

- 3. A população de um país é o conjunto de pessoas (nacionais e estrangeiros) fisicamente instaladas em seu território.
- 4. O governo timorense deve ser reconhecido pelos demais membros da comunidade internacional como condição necessária para o reconhecimento do novo Estado.
- 5. A nacionalidade, vínculo jurídico-político que une um indivíduo a um Estado, só pode ser concedida pelos Estados, que devem observar os princípios do direito internacional que regulam a matéria.



CESPE – AGU – 2004

50. (CESPE / Procurador Federal - AGU / 2004) Tendo em vista o entendimento do direito internacional, bem como a prática brasileira acerca de tratados internacionais, julgue os itens subsequentes.

- 1. Tratado internacional é um acordo celebrado por escrito entre sujeitos de direito internacional que produz efeito jurídico, qualquer que seja sua denominação particular.
- 2. No Brasil, as convenções internacionais do trabalho, uma vez incorporadas ao ordenamento jurídico nacional, têm força de lei ordinária.



CESPE – AGU – 2004

- 3. Na ausência de preceito constitucional claro, o STF firmou entendimento de que os tratados internacionais de direitos humanos estão acima da Constituição da República.
- 4. O Congresso Nacional brasileiro resolve definitivamente sobre tratados internacionais ao ratificá-los no plano externo.
- 5. Salvo afronta a regra de direito interno de importância fundamental sobre competência para concluir tratado, uma parte não pode invocar disposições de seu direito interno para justificar o descumprimento de um tratado.



CESPE – TRF 1ª REGIÃO – 2013

QUESTÃO 1 (CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF 1ª REGIÃO/2013) No que concerne aos tratados internacionais, assinale a opção correta.

- A) É possível a aplicação de tratado internacional já denunciado, desde que mediante decreto legislativo que o revigore.
- B) Os tratados internacionais, ainda que devidamente internalizados, não se aplicam aos estados e municípios.
- C) É exclusividade do Congresso Nacional a resolução definitiva de questões controvertidas que tratem de tratados internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- D) Lei posterior e contrária a tratado internacional devidamente internalizado tem como consequência a revogação formal e imediata do tratado.
- E) O postulado da aplicabilidade imediata vale no Brasil, para os tratados internacionais, a partir do momento da aposição da assinatura do presidente da República.



CESPE – TRF 1ª REGIÃO – 2013

QUESTÃO 3 (CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF 1ª REGIÃO/2013) Com relação ao instituto da personalidade jurídica internacional, assinale a opção correta.

- A) O STF entende ser relativa a imunidade de jurisdição das organizações internacionais.
- B) Os elementos considerados na identificação do Estado como sujeito de direito internacional não incluem a capacidade para entabular relações internacionais.
- C) O princípio da autodeterminação aplica-se aos casos de secessão de Estado.
- D) Aos grupos nacionais beligerantes que se rebelarem contra o governo constituído com vistas à criação de um novo Estado não será reconhecida a personalidade jurídica internacional.
- E) Conforme entendimento do STF, admite-se a perda da nacionalidade de brasileiro cuja naturalização seja cancelada por sentença judicial condenatória pela prática de atividade nociva ao interesse nacional.



CESPE – TRF 1ª REGIÃO – 2013

QUESTÃO 4 (CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF 1ª REGIÃO/2013) No que se refere à condição jurídica do estrangeiro, assinale a opção correta de acordo com o direito brasileiro.

- A) Conforme entendimento do STF, não se admite a expulsão de estrangeiro que possua filho brasileiro, ainda que esse filho nunca tenha vivido sob sua guarda.
- B) Não se admite a concessão de visto a estrangeiro condenado em outro país pela prática de crime doloso, sendo a concessão admitida, entretanto, se o estrangeiro estiver sendo processado no momento da requisição.
- C) Conforme entendimento do STF, o ato de entrega de extraditando, de competência do presidente da República, pode ser analisado pelo Poder Judiciário.
- D) Admite-se a extradição de estrangeiros independentemente da celebração de tratado internacional com o país solicitante.
- E) A concessão de refúgio é medida discricionária, ao passo que a concessão de asilo depende do preenchimento de determinados requisitos pelo solicitante.



CESPE –TRF 1ª REGIÃO – 2013

QUESTÃO 5 (CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF 1ª REGIÃO/2013) Considerando a proteção internacional dos direitos humanos, assinale a opção correta.

- A) O direito de asilo, admitido por diversos ordenamentos jurídicos, como, por exemplo, o brasileiro, não é expressamente previsto como um direito humano em normas internacionais.
- B) Conforme previsão expressa no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, as normas dele constantes têm aplicação imediata.
- C) Dado o princípio da tipicidade, não se admite a estipulação, em normas consuetudinárias, da proibição de tortura, prevista em diversos tratados internacionais.
- D) O direito dos povos indígenas recebe, nas normas de direito internacional, tratamento idêntico ao reservado ao direito de qualquer outra minoria.
- E) Em caso de violação de direitos humanos, admite-se a mitigação da norma que apregoa a negação de intervenção em assuntos internos.



CESPE – TRF 1ª REGIÃO – 2013

QUESTÃO 7 (CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF 1ª REGIÃO/2013) Considere que o Estado A tenha adentrado o espaço aéreo do Estado B sem a sua autorização e que, após tratativas diplomáticas, ele tenha reconhecido que cometera uma violação ao direito do Estado B, tendo apresentado pedido formal de desculpa pelo ocorrido. Nessa situação, de acordo com os artigos da Comissão de Direito Internacional da ONU sobre Responsabilidade Internacional dos Estados, o reconhecimento da violação e o pedido de desculpas realizado pelo Estado A caracterizam a forma de reparação denominada:

- A) danos morais.
- B) garantia de não repetição.
- C) restituição.
- D) compensação.
- E) satisfação.



CESPE – TRF 1ª REGIÃO – 2011

QUESTÃO 1 (CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF 1ª REGIÃO/2011) Considerando aspectos relacionados à ratificação, registro, efeitos, vigência e promulgação dos tratados, assinale a opção correta.

- A) Os tratados que, concluídos pelos membros da ONU, não tenham sido devidamente registrados e publicados no secretariado desse organismo internacional não podem ser invocados, pelas partes, perante qualquer órgão da organização.
- B) Por criarem ou modificarem situações jurídicas objetivas, os tratados somente produzem efeitos entre as partes.
- C) Considera-se vigência diferida o método segundo o qual os tratados entram em vigor simultaneamente ao término da negociação e ao consentimento definitivo das partes envolvidas.
- D) No Brasil, os tratados entram em vigor após a promulgação dos decretos legislativos mediante os quais o Congresso Nacional se manifesta favoravelmente à sua aprovação.
- E) A ratificação de um tratado, como expressão definitiva do consentimento das partes, é etapa imprescindível, somente consumada mediante a entrega mútua do instrumento escrito por ocasião de sua assinatura formal.



CESPE – TRF 1ª REGIÃO – 2011

QUESTÃO 3 (CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF 1ª REGIÃO/2011) A arbitragem é uma via não judiciária de solução pacífica de litígios, sendo, contudo, princípio corrente que a sentença arbitral tem força executória, estando os Estados que a ela recorrem obrigados a assegurar a execução das decisões arbitrais.

- A) O Brasil admite a concessão tanto do asilo diplomático quanto do asilo territorial.
- B) Somente é passível de expulsão do território brasileiro o estrangeiro que sofra condenação por crimes que atentem contra a segurança nacional ou a ordem política ou social.
- C) Segundo o direito internacional costumeiro, nenhum Estado tem o direito de negar visto para o ingresso de estrangeiro em seu território, seja em definitivo, seja a título temporário.
- D) A deportação, como forma de exclusão do estrangeiro do território brasileiro, somente se efetiva mediante ato que, exarado pelo ministro de Estado da Justiça, impeça o retorno do deportado ao país.
- E) A CF dispõe que o brasileiro naturalizado somente pode ser extraditado em caso de crime comum ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, desde que, em ambos os casos, os crimes tenham sido praticados antes da naturalização.



CESPE – TRF 1ª REGIÃO – 2011

QUESTÃO 04 (CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF 1ª REGIÃO/2011) Relativamente às organizações internacionais, à nacionalidade da pessoa jurídica e ao MERCOSUL, assinale a opção correta.

- A) A ONU e a Organização dos Estados Americanos são consideradas, quanto à estrutura jurídica, organizações supranacionais, na medida em que assumem atribuições específicas dos Estados, restringindo parte de seu poder soberano.
- B) Considera-se empresa brasileira de capital nacional a organização cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no país, ou de entidades de direito público interno.
- C) As chamadas agências especializadas da ONU, a exemplo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e a Organização para a Alimentação e a Agricultura, embora tenham alcance universal, não são dotadas de personalidade jurídica própria no âmbito do direito das gentes.
- D) Nos termos do Protocolo de Ouro Preto, o MERCOSUL é uma organização internacional dotada de personalidade jurídica própria, que se apoia em um sistema deliberativo fundado na via de consenso dos Estados-partes.
- E) No âmbito do direito das gentes, denomina-se originária a personalidade jurídica das organizações, e derivada, a dos Estados.



CESPE – TRF 1ª REGIÃO – 2011

QUESTÃO 05 (CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF 1ª REGIÃO/2011) Considerando o conceito de nacionalidade e o Estatuto da Igualdade entre portugueses e brasileiros, assinale a opção correta.

- A) A CF considera brasileiros natos, independentemente de formalidades, os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil.
- B) Além das condições previstas no texto constitucional, somente lei complementar pode estabelecer novos casos em que se exija a condição de brasileiro nato para a ocupação de cargos, empregos e funções públicas.
- C) A exemplo dos países que se formaram a partir de grande contingente de imigrantes, o Brasil adota predominantemente o critério do *jus sanguinis* para definição da nacionalidade, admitindo, porém, em situações específicas, a aplicação do *jus soli*.
- D) A situação do cidadão português que, no Brasil, seja admitido no regime de igualdade plena previsto na Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, é idêntica à do brasileiro naturalizado.
- E) O brasileiro nato e o brasileiro naturalizado que exerçam atividade contrária ao interesse nacional estão sujeitos à perda da nacionalidade, mediante processo judicial, assegurada ao réu ampla defesa.



CESPE – TRF 1ª REGIÃO – 2011

QUESTÃO 06 (CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF 1ª REGIÃO/2011) Acerca dos contratos internacionais, da arbitragem como método de solução alternativa de controvérsias e dos procedimentos previstos na Convenção de Nova Iorque sobre a prestação de alimentos no estrangeiro, assinale a opção correta.

- A) Denomina-se imperativa a disposição que impede as partes de, ao celebrarem contrato em um país, para nele ser cumprido, incluir regras contratuais que confrontem as leis desse país.
- B) É competente para receber e julgar as ações de cobrança de alimentos no estrangeiro o juízo federal da capital da unidade federativa em que reside o credor, sendo considerada autoridade remetente e instituição intermediária a AGU.
- C) Na execução das cartas rogatórias para a cobrança de alimentos no estrangeiro, admite-se, de acordo com a Convenção de Nova Iorque, o reembolso de taxas ou despesas, além da cobrança dos demandantes estrangeiros ou não residentes de caução ou de qualquer outro pagamento ou depósito para garantir a cobertura das despesas.
- D) O que define a natureza do contrato (nacional ou internacional) é a nacionalidade das partes celebrantes; assim, considera-se internacional o contrato em que as partes têm nacionalidades diversas, fenômeno denominado estraneidade.
- E) Para ser executada no Brasil, a sentença arbitral estrangeira está sujeita a prévia homologação do STF.



CESPE – TRF 2ª REGIÃO – 2011

QUESTÃO 1 (CESPE – JUIZ FEDERAL – TRF 2ª REGIÃO/2011) O Estado regulamenta a convivência social em seu território por meio de legislação nacional, e a comunidade internacional também cria regras, que podem conflitar com as nacionais. A respeito das correntes doutrinárias que procuram proporcionar solução para o conflito entre as normas internas e as internacionais, assinale a opção correta.

- A) A corrente monista e a dualista apresentam as mesmas respostas para o conflito entre as normas internas e as internacionais
- B) Nenhum país adota a corrente doutrinária monista.
- C) Consoante a corrente monista, o ato de ratificação de tratado gera efeitos no âmbito nacional.
- D) De acordo com a corrente dualista, o direito interno e o direito internacional convivem em uma única ordem jurídica.
- E) De acordo com a corrente monista, a norma interna sempre prevalece sobre a internacional.

